

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

ATA Nº 012 - “B”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1ª SECRETÁRIA - DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO GILNEY VIANA (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido a Deputada Serys Slhessarenko e o Deputado Gilney Viana para assumirem a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS GILNEY VIANA E SERYS SLHESSARENKO ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Solicito a Srª 1ª Secretária que proceda à leitura do Expediente.

A SRª 1ª SECRETÁRIA (LÊ) - “Ofício nº 136/00, do Chefe do 11º DRF/DNER, em resposta ao Requerimento nº 261/99, de autoria do Deputado Gilney Viana; e ainda os Ofícios nºs: 022/00, do Subsecretário de Segurança Pública, 0499/00, do Diretor de Distribuição da Rede/CEMAT; 042, 043, 045, 047, 048/99, do Secretário de Estado de Infra-estrutura, NFRDO, e 132, 133, e 134/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados”.

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, queremos comunicar a presença do Vereador Zico, Presidente da Câmara Municipal de São José dos Quatro Marcos, inclusive quero aqui registrar que o Vereador Zico, por estar denunciando o narcotráfico e muitas coisas erradas que estão acontecendo naquela região, está sofrendo ameaças de morte.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Então, quero deixar isso registrado e dizer da satisfação da Bancada do PMDB, do Deputado Nico Baracat, aqui presente, e de toda a Assembléia Legislativa com a presença do nosso Presidente da Câmara Municipal de São José dos Quatro Marcos..

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Seja bem-vindo, Vereador Zico. Se V. Ex^a quiser trazer algumas denúncias para os membros da CPI, nós poderemos conversar logo após o término da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Casa, imprensa, para encaminhar três Indicações:

1ª) Indico ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil a necessidade de se implantar uma agência ou posto avançado do Banco no Município de União do Sul.

Com fulcro no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, Artigo 239, alínea “g”, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil, mostrando a necessidade de se implantar uma agência ou posto avançado do Banco no Município de União do Sul.

JUSTIFICATIVA

Os municípios da Região Norte de Mato Grosso estão passando por grandes transformações, aumento populacional, aumento das áreas de produção, e conseqüente aumento das necessidades de infra-estrutura.

O Município de União do Sul, com uma população de aproximadamente quatro mil habitantes, não possui agência bancária, fazendo com que os moradores tenham que se deslocar para o Município de Cláudia em estradas de terra, quando precisam efetuar qualquer movimento bancário.

Apelo, pois, pela sapiência dos meus nobres Pares e do Sr. Superintendente do Banco do Brasil para que esse nosso pleito seja atendido.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 1º de março de 2000.

Deputado NILSON LEITÃO - PSDB

2ª) Indico ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil a necessidade de se implantar uma agência ou posto avançado do Banco no Município de Feliz Natal.

Com fulcro no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, Artigo 239, alínea “g”, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil, mostrando a necessidade de se implantar uma agência ou posto avançado do Banco no Município de Feliz Natal.

JUSTIFICATIVA

Feliz Natal, com apenas quatro anos de criação e implantação, é o município que obteve o maior crescimento proporcional de impostos nos últimos dois anos.

Por ser um município pujante e com um desenvolvimento acima da média do Estado, requer maiores investimentos em sua infra-estrutura, dentre eles uma agência bancária ou posto avançado do Banco do Brasil, instituição financeira pública com grandes compromissos sociais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Apelo, pois, aos meus nobres Pares pela aprovação da presente propositura e ao Sr. Superintendente do Banco do Brasil pela implantação da agência.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 1º de março de 2000.

Deputado NILSON LEITÃO - PSDB

3ª) Indico ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil a necessidade de se implantar uma agência ou posto avançado no Município de Nova Ubiratã.

Com fulcro no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, Artigo 239, alínea “g”, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil, mostrando a necessidade de se implantar uma agência ou posto avançado no Município de Nova Ubiratã.

JUSTIFICATIVA

Os municípios recém-criados no Norte do Estado trouxeram um novo impulso no desenvolvimento da região, entre estes municípios está União do Sul, com apenas quatro anos, onde uma agricultura pujante e um parque industrial madeireiro forte têm levado grande progresso para o município, porém se fazem necessários maiores investimentos para melhoria da população que ali vive, para que possam melhor desempenhar os seus trabalhos.

Apelo, pois, aos meus nobres Pares e ao Sr. Superintendente pela aprovação da presente propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 1º de março de 2000.

Deputado NILSON LEITÃO - PSDB

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Sobre a mesa, uma Indicação de autoria do Deputado Amador Tut:

“Indico ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Civil, a urgente necessidade de instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Sorriso.

Com fulcro no Artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Sr. Diretor-Geral da Polícia Judiciária Civil, mostrando a urgente necessidade de instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Sorriso.

JUSTIFICATIVA

O Município de Sorriso, localizado na Região Norte do Estado, apresenta sérios problemas na área de Segurança Pública, necessitando de maiores cuidados por parte das autoridades governamentais. A população necessita urgentemente de que seja feita a instalação de uma Delegacia da Mulher, informatizada e com todos os equipamentos necessários para seu funcionamento.

O Município de Sorriso vem crescendo e se desenvolvendo de forma acentuada, daí surgindo inúmeras agressões contra a mulher. Por falta de uma Delegacia específica para atendê-las, seus agressores sentem-se à vontade para agir contra a paz, ferindo a dignidade das mesmas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Por tudo que aqui está dito, justificamos a nossa Indicação, esperando contar com apoio dos nobres Pares no sentido de aprovar a presente proposição.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 1º de março de 2000.

Deputado AMADOR TUT - PL”

Sobre a mesa, proposições de autoria dos Deputados Riva:

1º) REQUERIMENTO: Nos termos do Art. 272, alínea “h”, do Regimento Interno, combinado com o Art. 27 da Constituição Estadual, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que convoque o Sr. Diretor-Presidente do DETRAN-Departamento Estadual de Trânsito para prestar pessoalmente informações sobre os assuntos abaixo descritos, na Sessão Ordinária do dia 15 de março de 2000, quarta-feira, às 09:00 horas, importando em crime de responsabilidade sua ausência:

- quais e de quem são os interesses que a Presidência defende ao negar sistematicamente autorizações para novos credenciamentos;

- quem define os critérios para o funcionamento das escolas de trânsito, bem como para sua expansão, pois é notória a sua deficiência para atender o vasto território deste Estado;

- quem define os critérios para o licenciamento de novos despachantes e auto-escolas, principalmente nos municípios onde estas não existem, e quais os motivos de burocratizar essas ações, prejudicando milhares de cidadãos mato-grossenses;

- quais os critérios empregados para definir as escolas de exames práticos e teóricos para expedição das carteiras de habilitação, pois as reclamações que vêm do interior do Estado informam dificuldades intermináveis que a população enfrenta para ter acesso a essas exigências;

- apresentar relatório circunstanciado de todas as ações desenvolvidas pelo órgão relativo ao questionamento anterior;

- apresentar documentos comprobatórios de todos os licenciamentos e credenciamentos realizados pelo órgão no último ano;

- apresentar relatório com documentos comprobatórios de todas as ações desenvolvidas por todas as diretorias de janeiro de 1999 até a presente data;

- informar sobre todas as nomeações e exonerações de cargos comissionados de janeiro de 1999 até a presente data, bem como as razões e a forma em que ocorreram, apresentando documentos comprobatórios;

- apresentar plano de trabalho para o exercício de 2000, delineando todas as atividades do órgão, especificando as datas e os locais de atuação da banca examinadora;

- apresentar a relação de todas as empresas que prestam serviços terceirizados, os documentos comprobatórios de suas contratações, valores integrais e os valores pagos de janeiro de 1999 até a presente data;

- relacionar e informar todas as licitações realizadas de janeiro de 1999 até a presente data, apresentando todos os documentos comprobatórios de suas realizações;

- informar mês a mês os valores e datas dos repasses das parcelas ao FUNRESEG, apresentado todos os documentos que comprovem esses repasses.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 1º de março de 2000.

Deputado RIVA - PSDB

2º) EMENDA ADITIVA:

Adita dispositivo ao Projeto de Lei nº
24/2000.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Art. 1º Fica aditado ao Artigo 1º do Projeto de Lei nº 24/2000, que institui a Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado de Mato Grosso, o seguinte dispositivo:

“Art. 1º ...bem como um representante indicado pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente”.

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Aditiva tem como objetivo incluir como membro nato da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado de Mato Grosso um representante indicado pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

A participação desse membro se faz necessária pela atividade que o Conselho realiza, bem como pela sua importância na definição de políticas públicas para a criança e o adolescente.

A sua indicação propiciará uma maior interação entre as instituições que revestem-se legalmente da obrigação de definir ações para atender as necessidades mais diversificadas das crianças e dos adolescentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 1º de março de 2000.

Deputado RIVA - PSDB

3º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Cláudio Luiz da Rosa.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Art. 257 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Cláudio Luiz da Rosa.

Art. 2º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Dr. Cláudio Luiz da Rosa nasceu em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 06 de outubro de 1936, e concluiu o Curso de Bacharel em Direito na Faculdade de Direito de Sete Lagoas, no ano de 1978.

Dando continuidade às suas atividades jurídicas, foi aprovado em vários concursos públicos, entre eles Delegado da Polícia Federal em 1978.

Na vida pública, entre os vários cargos que exerceu, destacamos o que exerce hoje, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso, com muita capacidade e garra, trabalhando em especial na repressão ao contrabando e ao narcotráfico, onde tem obtido ótimos resultados, com a prisão de contrabandistas e traficantes em nossas fronteiras, contribuindo para a diminuição do contrabando de armas e drogas.

Por demonstrar assim sua competência e colocar seus conhecimentos para ajudar o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso é que concedemos essa honraria ao eminente Dr. Cláudio Luiz da Rosa, pelos relevantes serviços que prestou e continua prestando ao nosso progressista Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 1º de março de 2000.

Deputado RIVA - PSDB

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente. (PAUSA) Não há orador inscrito, passemos à Ordem do Dia.

Submeto, na Ordem do Dia, à apreciação dos Srs. Deputados as Indicações do nobre Deputado Nilson Leitão e do nobre Deputado Amador Tut...

Em discussão todas as Indicações apresentadas na presente Sessão. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Requerimento de convocação Sr. Diretor-Presidente do DETRAN-Departamento Estadual de Trânsito para prestar pessoalmente informações sobre sua administração, na Sessão Ordinária do dia 15 de março de 2000, quarta-feira, às 09:00 horas.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Esgotada a Pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais.

Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero usar desse pequeno espaço, primeiramente, para parabenizar a nossa servidora Ísis Catarina por sua assunção junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Sem dúvida, é uma grande vitória para ela e para esta Casa também, porque foi em função do reconhecimento de seu trabalho aqui nesta Casa... Eu quero aqui parabenizar a Ísis e dizer que nos sentimos gratificados, porque entendemos que é uma justa homenagem a quem tanto trabalhou pelo Instituto Memória do Poder Legislativo. Portanto, eu faço aqui essa menção...

Também quero falar sobre o relacionamento dos Srs. Deputados com os Diretores de empresas e Secretários de Estado. Eu tenho cobrado, e cobrado muito, de todos os Secretários, e aqui nós temos que fazer uma ressalva: por alguns deles nós temos sido muito bem atendidos, mas, por outros, muito mal atendidos. E eu entendo que, mesmo sendo da Bancada do PSDB, compondo a Bancada do Governo, não posso cruzar os braços para essa situação.

Entendo também que esta Casa tem que trazer o seu posicionamento e, como Presidente, tenho cobrado, Sr. Presidente Pedro Satélite, dos Secretários de Estado e dos diretores de empresas que atendam melhor os Srs. Deputados, afinal de contas eles são os agentes políticos que trazem o problema e que precisam, muitas vezes, apenas de um simples posicionamento.

Hoje, eu disse a um diretor de uma empresa importante, de uma instituição importante, que eu não me importo em receber um não, nenhum Deputado se importa em receber não, mas ele gosta de ser atendido e, de preferência, bem atendido. Não se justifica ficar esperando um, dois, três, quatro, cinco, dez, quinze dias para falar - como eu fiquei, até hoje - com o Presidente do DETRAN.

Portanto, Sr. Presidente, a partir de agora, a Mesa Diretora - e eu tenho certeza de que essa é a postura do Deputado Humberto Bosaipo, que sempre defendeu a classe política e sempre defendeu que ela deveria ser melhor atendida - vai defender mais intransigentemente isso, porque eu entendo que não é um desrespeito com a pessoa do Deputado, é com a instituição Assembléia Legislativa, que tanta contribuição tem dado para este Estado. Portanto, não só o Presidente do DETRAN será convocado nesta Assembléia Legislativa por um Requerimento de minha autoria, porque vai acontecer isso com outros.

O Secretário José Antônio Rosa precisa descer do pedestal... Ele vai ser convocado aqui também para explicar as artimanhas políticas que faz nas bases, sem conversar com os Deputados de seu Partido, de sua base. E, a partir de agora, nós vamos tomar este posicionamento: Eu apoio o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Governo do Estado incondicionalmente, mas não sou obrigado a apoiar Secretário que não atende e que não presta um bom serviço à sociedade mato-grossense, e muito menos diretores de empresas.

Portanto, eu apresentei hoje, Sr. Presidente, um Requerimento convocando o Diretor-Presidente do DETRAN, Sr. Mauri Rodrigues, para que venha prestar esclarecimentos, especialmente responder a todas as indagações que fazemos aqui neste Requerimento.

Eu gostaria de contar com o apoio dos colegas Deputados, assinando nosso Requerimento, até para facilitar a convocação. Todos os Secretários que estão sendo convocados aqui terão o meu aval, por entender que é justo ouvir a outra parte também. Não adianta vir aqui fazer uma denúncia vazia e depois não dar a oportunidade ao Presidente, ao Secretário ou ao diretor de qualquer empresa de virem aqui.

Apresentei aqui também, Sr. Presidente, no Pequeno Expediente, uma Emenda Aditiva e um Projeto de Resolução, concedendo Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Cláudio Luiz Rosa.

Eu quero, Deputado Humberto Bosaipo, conforme acordado com V. Ex^a e com os demais membros da Mesa, fazer na semana do aniversário de Cuiabá uma entrega de Títulos de Cidadão Mato-grossense, e eu quero pedir aos Srs. Deputados que não excedam no número de Títulos, para que cada Parlamentar entregue no máximo dois Títulos nessa ocasião. Não é uma lei aprovada, não é uma exigência, mas é uma norma que nós podemos estabelecer, inclusive, no Colégio de Líderes, na próxima reunião, para que cada Deputado entregue apenas dois Títulos.

E, nesse aspecto, eu quero entregar um Título de Cidadão Mato-grossense, se aprovado, ao Dr. Cláudio Luiz Rosa, pelos grandes e relevantes serviços que estão sendo prestados à Polícia Federal em Mato Grosso, especialmente no combate ao narcotráfico.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu quero ler aqui um Ofício que recebi do Vereador Valdson Varjão, dizendo o seguinte:

“Prezado amigo:

Tenho a subida honra de passar a V. Ex^a cópia de uma Moção por nós apresentada à Câmara Municipal de Barra do Garças, parabenizando a ação benéfica e oportuna no trabalho de pacificação de dois valiosos líderes deste município, Srs. Wanderley Farias e Wilmar Peres, que se encontravam agindo divorciados, fato de incontestável efeito maléfico ao bom andamento do progresso de Barra do Garças.

Sem outros assuntos, subscreve o amigo
Valdson Varjão
Vereador

MOÇÃO DE APLAUSOS E PARABENIZAÇÃO: Indico à Câmara, depois de aprovação em plenário, seja encaminhado ao Dr. Wanderley Farias, Prefeito Municipal; ao Deputado Wilmar Peres de Farias, Ex-Governador; ao Secretário de Educação Antônio Joaquim e ao Deputado Humberto Bosaipo; votos de congratulação pelo trabalho meritório de pacificação e harmonia entre dois líderes de grande expressão política de Barra do Garças, Wilmar Peres e Wanderley Farias, que por desentendimento político estavam agindo divorciadamente, fato que inevitavelmente traria prejuízos imprevisíveis ao bom andamento do progresso desta região.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

A ação sábia, oportuna e pacificadora de Antônio Joaquim e Humberto Bosaipo evitou que fissuras viessem a ocorrer no próximo pleito, evitando uma contenda entre os dois próceres, fator incontestavelmente valioso ao progresso de nossa cidade, que muito depende da compreensão de seus timoneiros.

Aliás, o entendimento havido em 1994 evitou que aventureiros continuassem no comando administrativo do município, que sofria por falta de compreensão dos seus verdadeiros líderes, que desejam o bem-estar social e progressista da cidade, em que nós somos verdadeiros construtores.

Parabéns, Prefeito Wanderley Farias!

Parabéns, Deputado Humberto Bosaipo!

Parabéns, Deputado Antônio Joaquim!

Parabéns, Deputado Wilmar Peres de Farias!

Barra do Garças espera muito dos dois filhos, com a paz duradoura.

A democracia tem este poder de, através de palavras, apagar os desentendimentos dos homens livres e de boa vontade.

Sala das Sessões da Câmara, 28 de fevereiro de 2000.

Valdon Varjão

Vereador - PTB”

Sr. Presidente, eu faço questão de ler este documento aqui na tribuna da Assembléia Legislativa, em virtude da importância dessa união política para a nossa região. Obviamente, o sucesso dessa empreitada contou com o apoio do Deputado Federal Antônio Joaquim, do Prefeito Vanderlei Farias e do Deputado Wilmar Peres.

Barra do Garças é um município pólo importante da nossa região, e esta união de forças políticas, certamente, já está trazendo efeitos benéficos para o município.

E quero ler também, Sr. Presidente, um Ofício que recebi do Cacique Raoni Metyktire, que é um índio do Xingu...

Deputado Riva, V. Ex^a riu do nome do Cacique, mas quando eu adentrei lá na aldeia, ele me disse assim: “Bosaipo, *squinioni hindebacineboque!*” Isso, na expressão indígena, significa: “Como vai a Assembléia Legislativa?” Eu fiquei muito feliz, porque ele é um cacique que luta na Aldeia Piraçu pelo nosso povo...

Eu acho que o Serviço de Taquigrafia vai ter dificuldade de escrever *squinioni hindebacineboque*, mas depois eu passo essas palavras indígenas para que a Taquigrafia não se perca. Ou, então, vou deixar a Taquigrafia escutar no gravador, para que elas possam aprender um pouquinho da língua indígena, afinal de contas nós temos aqui diversas nações indígenas, não é, Deputado Benedito Pinto? *Hindebacineboque* é uma expressão que as mulheres indígenas usam muito no Xingu, para saudar os visitantes...

Mas diz aqui o Cacique Metyktire:

“Vimos informar, Deputado Humberto Bosaipo, através desta, que a partir do dia 1º de março de 2000 estaremos desativando a balsa do Rio Xingu, devido às más condições em que a mesma se encontra, tornando impossível a travessia do Rio Xingu para todos os meios de transportes para aquela região, além do que coloca a vida de todos os usuários em risco.

Aproveitamos ainda a oportunidade para solicitar a colaboração de todos os municípios e entidades, bem como do Exmº Sr. Governador do Estado, para que possamos solucionar o mais rápido possível esse problema.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Atenciosamente,
Raoni Metyktire.
Cacique da Aldeia Piaraçu.”

Ele encaminha também um ofício do Prefeito de São José do Xingu, Sr. Hélio José do Carmo, do Presidente da AMBA - Associação do Município do Baixo Araguaia, Sr. José Vieira Sabino, e também do Prefeito Municipal de Porto Alegre, mostrando a necessidade dessa balsa no Rio Xingu.

Era só isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, ainda nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, eu gostaria de fazer três referências breves...

A primeira delas é para solicitar aos Pares que possamos instalar a Comissão de Direitos Humanos, porque nós vamos trabalhar, e trabalhar particularmente em alguns assuntos que estão pendentes. Um desses assuntos é exatamente esse processo de rebelião dos presidiários, dos internados, dos condenados. Há poucos dias nós tivemos uma rebelião no Presídio Pascoal Ramos e logo depois no Presídio da Mata Grande. Nós queremos conversar com o Secretário de Justiça, com o Diretor do Sistema Penitenciário e ouvir as várias fontes para que nós possamos entender esse tipo de acontecimento que, particularmente, tem uma clareza muito cristalina do que aconteceu no Presídio Pascoal Ramos. Aquilo foi de uma gravidade muito grande e até onde eu percebi, e tenho acompanhado, ainda há alguns fatos obscuros.

A segunda é que eu estou comunicando ao Plenário que vou propor uma alteração no Regimento Interno, no que diz respeito à composição das Comissões Permanentes, porque o que aconteceu aqui foi uma aplicação do que está escrito, é verdade, mas eu não acho legítimo esse acontecimento. Eu fui consultar o Regimento que eu considero ter sido o paradigma para o daqui, que é o Regimento Interno da Câmara Federal, da Câmara dos Deputados, e observei que o Regimento Interno daqui copia o Regimento de lá até uma certa altura... Ele fala que se divide o número “x” por “y”, um quociente divide por este, só que mais adiante fala o seguinte, lá no Regimento: “...está assegurado a todos os Deputados...” Aliás, “está assegurado” não! É obrigatório que todos os Deputados pertençam a uma Comissão Permanente. É obrigado, é dever...

Então, eu gostaria de introduzir aqui este conceito de que é dever, porque a Comissão Permanente é um ambiente de trabalho dos Deputados. Eu diria que a experiência que eu tive na Câmara Federal, inclusive fui Presidente de uma Comissão Permanente, foi que um Deputado que faltar a um determinado número de reuniões da Comissão é suscetível de perda do seu salário, o que é um tipo de punição pecuniária. Na verdade, a Comissão Permanente é o *locus*, é onde se trabalha as idéias em torno do processo legislativo para que no Plenário já estejam mais estabelecidos os diversos pontos de vista.

Ademais, embora eu reconheça que possa ter havido alguma manobra política... Eu acho legítimo se fazer manobra política, não há nenhum problema, agora, não é legítimo cercear o trabalho de um Deputado nem de um Partido. Isso não é legítimo, e infelizmente é legal e regimental - e aqui são dois conceitos diferentes.

Finalmente, eu gostaria de falar uma coisa sobre o Araguaia, Deputado Humberto Bosaipo, e eu não sei se teremos pontos comuns com relação ao que vou falar. No dia 1º de abril haverá uma audiência sobre a Hidrovia Araguaia/Tocantins em São Félix do Araguaia, e eu pretendo estar presente... Vão estar presentes lá representantes de povos indígenas, das comunidades, do CIMI, dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.

Sindicatos, e certamente um convite a várias personalidades - e eu acredito que seja extensivo a todos os Deputados que...

O Sr. Humberto Bosaipo (DE SUA BANCADA) - Ainda não me convidaram.

O SR. GILNEY VIANA - Não convidaram? Mas deveriam ter convidado.

Não me convidaram especificamente, mas o CIMI me convidou. Então, eu irei lá, porque eu acho que é da maior relevância nós entendermos o ponto de vista daqueles que não serão beneficiados pela hidrovia, porque é muito fácil entender o ponto de vista daqueles que serão beneficiados. É mais fácil! As pessoas têm todos os argumentos para defender aquilo que elas entendem ser benefício, agora, entender aqueles que se contrapõem, que não se acham beneficiados, que eventualmente temem pelos seus direitos com a hidrovia, eu acho que temos que ter abertura para isso. E é por isso que nós estamos nos solidarizando.

Não só a Igreja de São Félix, mas o Bispo Dom Pedro Casaldáliga está dando inteiro apoio e iniciativa para a audiência popular, e acredito que aqueles que lá forem terão oportunidade de olhar e conhecer o “outro lado da moeda”. E o “outro lado da moeda”, eu digo para os Senhores, chama-se povo.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Não há mais orador inscrito, nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Carlos Brito, Carlão Nascimento, Riva, Pedro Satélite e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (PSDB), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Romoaldo Júnior (PPS), e Túlio Fontes (PSDB).

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Baú, Rene Barbour e Wilson Teixeira Dentinho, do PSDB; Emanuel Pinheiro, do PFL; Silval Barbosa, do PMDB; e José Carlos Freitas (LICENÇA MÉDICA), do Bloco Parlamentar Socialista.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para amanhã, quinta-feira, no horário regimental. Nada mais havendo a tratar, declaro levantada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio

Conferida por Regina Céli Arruda.